

PLASPAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A. Companhia Aberta CNPJ 51.928.174/0001-50

PERFIL

Plaspar S.A.
A Plaspar Participações Industriais S.A. (Bovesa: PLAS3), através de sua subsidiária Plaspar Ltda., atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores, nos mercados de reposição e de montagem para montadoras do Brasil.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Em milhares de R\$)	2022	AH%	2021
Receita líquida	848.190	38,4%	612.684
Resultado bruto	119.988	159,2%	46.297
Despesas financeiras	(99.501)	22,4%	(81.282)
Prejuízo líquido	(97.121)	(20,5%)	(122.230)
EBITDA	56.482	224,3%	17.415
Dívida líquida (2)	191.860	51,7%	126.506

(1) Dívida Bruta é representada pela soma dos empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida Líquida corresponde a Dívida Bruta deduzida da caixa e equivalentes de caixa, caixa resgate e dos títulos de valores mobiliários vinculados. A Dívida Bruta e a Dívida Líquida são expressas em milhares de reais. (2) Dívida Líquida é o endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Abaixo apresentamos a reconciliação de Dívida Bruta e Dívida Líquida com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

(Em milhares de R\$)	2022	AH%	2021
Empréstimos, financiamentos (circulante e não circulante)	216.675	55,9%	138.993
(-) Dívida Bruta	216.675	55,9%	138.993
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(21.815)	98,7%	(12.487)
Dívida Líquida (2)	191.860	51,7%	126.506

Apesar da ainda persistente instabilidade das cadeias de suprimento globais, o ano de 2022, apresentou uma maior previsibilidade para as operações da Plaspar, notadamente no segundo semestre. As constantes paradas de clientes, que foram amplamente observadas no primeiro semestre de 2022, estão ficando cada vez menos frequentes e a produção de veículos no país voltou a patamares ligeiramente inferiores aos observados no período pré-covid. Com este cenário, os resultados da Plaspar continuaram sua tendência de melhora, com aumento de receitas (volumes correntes e novos projetos) e manutenção de margens. Neste aspecto, ainda vale ressaltar que os aumentos de preços de matérias primas e o ambiente inflacionário observados nos trimestres recentes continuam a impactar as operações, tendo sido tratados de forma ativa pela administração, de modo a mitigar seus efeitos e manter as margens operacionais. Reflexo deste cenário de melhora, a Plaspar apresentou um aumento importante de volume e, consequentemente, de sua receita líquida, que atingiu R\$ 848.190 em 2022, um aumento de 38,4% em relação a 2021 (R\$ 612.684) e 129,7% em relação a 2020 (R\$ 369.188), impulsionado, principalmente, pela entrada em produção de novos projetos, destacando também segmento de

caminhões, que teve sua produção acelerada durante o ano de 2022 por conta das novas obrigações ambientais que começaram a vigorar em janeiro de 2023. O aumento da receita líquida contida, também, com a inauguração da nova fábrica em Caçapava, que já iniciou a produção de vários itens, trazendo adição de receita importante para a Companhia. Outro fator que impactou o crescimento de volumes em relação ao ano de 2021 foi a retomada da produção dos clientes da Companhia após as paradas decorrentes da COVID-19. O resultado líquido da Companhia, por sua vez, somou prejuízo de R\$ 97.121 em 2022. Tal resultado ainda está aquém do esperado pela Administração, uma vez que a reversão deste quadro se dará pelo aumento do EBITDA, em períodos futuros, através do crescimento da receita da Companhia decorrente do início de produção de novos projetos, que deverá ser suficiente para compensar os volumes de depreciação e despesa financeira correntes. Abaixo segue conciliação do prejuízo do exercício para o EBITDA com as demonstrações financeiras da Companhia:

(Em milhares de R\$)	2022	2021
Prejuízo do exercício	(97.121)	(122.230)
Resultado financeiro	99.501	81.282
Imposto de renda e contribuição social	1.205	92
Depreciação e amortização	52.897	58.271
EBITDA	56.482	17.415

(1) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 ("ICVM 527"), e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa dos exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado. Em relação à rentabilidade, a Plaspar apresentou uma melhora no EBITDA. No acumulado do ano de 2022 o EBITDA foi de 6,7% ou R\$ 56.482, contra um EBITDA de 2,8% ou R\$ 17.415. No comparativo com o 4T22, o EBITDA passou de 3,0% ou R\$ 4.884 no 4T21, para 3,7% ou R\$ 8.378 no 4T22. Tal melhora na rentabilidade é explicada principalmente pelo efeito do aumento nos volumes e faturamento da Companhia, e consequente maior absorção dos custos fixos. A Companhia vem registrando significativa melhora em termos de liquidez e estrutura de capital, devido, principalmente, ao sucesso na renegociação de certos passivos e melhora nos resultados. O ano de 2023 será ainda marcado pelos desafios da recuperação da Plaspar, com a continuada manutenção de volume de produção, início de produção de novos projetos, recomposição das margens e fortalecimento da geração de caixa. Neste cenário, cabe ressaltar que, desde o início da pandemia, a Companhia definiu como prioridade proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores e familiares, através da implementação de rígidos protocolos de segurança. Tais protocolos foram implementados no retorno da produção em 2020 e vem sendo mantidos rigorosamente de modo a garantir segurança e saúde para seus colaboradores, com consequências como perda de eficiência da produção, além de incremento de custos e despesas.

MERCADO AUTOMOTIVO

Segundo dados da ANFAVEA, a produção de veículos em 2022 teve um aumento de 5,4% sobre igual período do ano de 2021, somando 2,370 milhão de unidades no país:

Cenário Automotivo	FONTE: ANFAVEA - BRASIL		
	2021	2022	VAR. %
PRODUÇÃO DE VEÍCULOS	2.248	2.370	5,4%
VENDAS DE VEÍCULOS	2.120	2.105	-0,7%

Apesar do resultado abaixo da expectativa, o volume apresentado é visto pela ANFAVEA suficiente para atender ao mercado interno, externo e aos estoques esvaziados ao longo dos últimos anos, mesmo com a falta de componentes que parou as linhas da maioria das montadoras em 2022.

INVESTIMENTOS

O ano de 2022 também foi destaque por grandes investimentos pela Plaspar, o desenvolvimento de novos projetos e seus respectivos moldes ocasionou um aumento dos estoques, além de investimentos "CAPEX", para manutenção de equipamentos e a construção de nova unidade fabril em Caçapava-SP. Tais investimentos foram necessários para atender a produção atual e os novos projetos, buscando a melhoria da produtividade e redução de custos, totalizando "CAPEX" em 2022 de R\$ 68 milhões (R\$ 63 milhões em 2021).¹ Capital Expenditure - consiste nas despesas de capital, como investimento em ativo imobilizado como, máquinas, equipamentos e outras benfeitorias nas instalações da Companhia.

RECURSOS HUMANOS

A Companhia continua investindo no desenvolvimento profissional de seus colaboradores, com aproximadamente 38.89 horas de ensino e treinamento por colaborador (nos últimos 12 meses), focados em aprendizagem do SENAI, estágios, além de treinamentos com desenvolvimento técnico e operacional. A Companhia encerrou o ano de 2022 com um quadro de 2.186 colaboradores (1.872 em 2021).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM no 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal ao contratar os auditores independentes, de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) foram realizados pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. Informamos que no exercício de 2022, a Companhia contratou, junto aos seus auditores, serviço não relacionado à auditoria externa no valor de R\$ 29 (R\$ 22 em 2021), não ultrapassando 5% da remuneração pelos serviços de auditoria externa. A política da Companhia e sua controlada na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente, que seu auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer função de gerência em seu cliente e o auditor não deve advogar para seu cliente.

AGRADECIMENTOS

Uma vez mais agradecemos a todos aqueles que estiveram presentes e nos apoiaram durante o transcorrer do exercício de 2022, dentre os quais, os nossos Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionistas, Instituições financeiras, Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia. Juaiá, 13 de março de 2023.
A Administração

	BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)			
	Controladora 2022	2021	Consolidado 2022	2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	18.156	7.384	24.815	12.487
Contas a receber de clientes (Nota 7)	-	-	58.971	31.509
Estoque (Nota 8)	-	-	120.288	118.357
Títulos a recuperar (Nota 9)	4	17	23.718	34.746
Outros ativos	17	17	4.246	2.836
	18.214	7.401	238.038	199.935
Não circulante				
Tributos a recuperar (Nota 9)	-	-	67.917	88.959
Depósitos judiciais (Nota 19)	-	-	1.398	2.317
Outros ativos	-	-	150	150
Propriedade patrimonial	-	-	8.272	8.362
Imobilizado (Nota 13)	7	7	330.485	303.338
Direito de uso de ativos (Nota 14)	-	-	79.271	15.604
	7	7	487.453	418.730
Total do ativo	18.221	7.408	725.491	618.665
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	91.711	51.531
Passivos de arrendamento (Nota 14)	-	-	25.168	1.546
Fornecedores (Nota 16)	-	-	87.088	72.830
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados (Nota 26)	-	-	-	-
Salários, férias e encargos sociais a pagar (Nota 17)	-	-	238.762	160.757
Adiantamentos de clientes (Nota 18)	-	-	33.736	51.608
Outros passivos (Nota 20)	-	-	43.041	40.265
	185	27	604.471	457.433
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	124.964	87.462
Passivos de arrendamento (Nota 14)	-	-	62.896	53.988
Partes relacionadas (Nota 11.b)	34.209	22.148	7.329	8.132
Salários, férias e encargos sociais a pagar (Notas 17 e 26)	-	-	10.538	9.265
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados (Nota 26)	-	-	86.328	94.333
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10.a)	-	-	20.502	19.297
Provisões para contingências (Nota 19.b)	-	-	7.129	6.502
Provisão para perdas com investimento em controlada (Nota 12)	392.394	296.679	209.901	193.699
Outros passivos (Nota 20)	426.603	318.827	529.587	472.678
	426.788	318.854	1.134.058	930.111
Total do passivo				
Patrimônio líquido (Nota 21)				
Capital social	931.455	931.455	931.455	931.455
Ajustes de avaliação patrimonial	316	321	316	321
Prejuízos acumulados	(1.340.939)	(1.243.222)	(1.340.939)	(1.243.222)
	(408.567)	(311.446)	(408.567)	(311.446)
Total do patrimônio líquido				
Total do passivo e patrimônio líquido	18.221	7.408	725.491	618.665

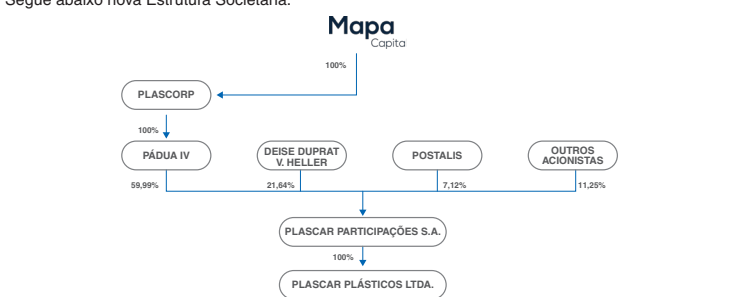
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Plaspar Participações Industriais S.A. ("Plaspar S.A." ou "Companhia"), com sede na cidade de Juaiá, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação na controlada Plaspar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. ("Plaspar Ltda." ou "Plaspar"), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. A Plaspar Ltda. possui plantas industriais localizadas nas cidades de Juaiá/SP, Vergina/ MG, Betim/MG e Caçapava/SP. Em 24 de setembro de 2021, a Companhia comunicou ao mercado sobre a instalação de uma nova unidade industrial na cidade de Caçapava/SP. O início das atividades ocorreu no mês de setembro de 2022 conforme previsto e, a princípio, a nova unidade atenderá montadoras instaladas na região do Vale do Paraíba. As plantas atuais principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta tapetes, entre outros componentes. A Plaspar atua, ainda, na industrialização de produtos não automotivos, como, por exemplo, injecção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multissito, máquinas de cartão e pallets, atividade esta que representa menos de 5% do total de ativos, receita líquida e resultado líquido consolidados na Companhia. Após a conclusão da reestruturação financeira da Companhia e sua controlada em 31 de janeiro de 2019, o controle acionário da Plaspar S.A. passou a ser da Pádua IV Participações S.A. com participação de 59,99% de seu capital, que também é composto pela Deise Duprat (antigo Grupo Pernalmi do Brasil Indústria e Comércio Ltda.), com 18,44%, pela Postalis Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos com 7,12% e por outros acionistas individuais que possuem, em conjunto, 14,45%. Nota 21. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 10 de março de 2023. **Situação financeira:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 365.433 (R\$ 25.098 em 2021) no balanço patrimonial líquido consolidado e no balanço patrimonial consolidado o montante de R\$ 408.567 (R\$ 311.446 em 2021). Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no exercício corrente e comparativo, mantendo um prejuízo acumulado de R\$ 1.340.338, na controladora e consolidado (R\$ 1.243.222 em 2021). As despesas financeiras somam R\$ 112.489 em 2022 (R\$ 95.893 em 2021), das quais R\$ 29.669 correspondem a encargos por atraso dos impostos vencidos. A Administração está tomando medidas para reduzir o impacto destas despesas no resultado da Companhia, principalmente através da repactuação de seus passivos fiscais. A Companhia informa que tem obtido sucesso em novas captações de recursos junto às instituições financeiras em condições melhores, melhora dos resultados operacionais e reflexo da retomada da credibilidade junto ao mercado. Em 2022, verificou-se um aumento na produção de veículos em 5,4%, quando comparado com o exercício de 2021, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, em 2022, apresentou um aumento de 38,4% quando comparada com o ano anterior, mostrando assim, a manutenção de uma recuperação gradual e consistente nos volumes e um aumento de sua *market share*. Segundo dados oficiais da ANFAVEA, a produção de veículos em 2023 aponta para um aumento de 2,2%. A Companhia continua adotando medidas para elevar a receita obtida de novos projetos, reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem, promovendo, também, negociações constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão-de-obra, matéria-prima etc.), dando sequência ao processo de reestruturação da Companhia, bem como o enfrentamento da crise iniciada em março de 2020 decorrente da pandemia COVID-19. Adicionalmente, a Administração acredita que os novos projetos os quais se iniciaram ao longo dos últimos trimestres, somados aos projetos ainda em desenvolvimento e que deverão entrar em produção nos próximos meses, permitirão a Companhia reverter os prejuízos trimestrais, receita líquida acumulada em 2022 superou em 38,4% as vendas do ano de 2021. Essa tendência já pode ser observada pelo crescente lucro operacional, obtido principalmente com absorção de custos fixos, em virtude de seu alto grau de alavancagem operacional. Adicionalmente, cabe destacar a inauguração da fábrica de Caçapava no segundo semestre de 2022, que traz um grande potencial de receitas em projetos já contratados, com início de produção ao longo de 2023 dos anos seguintes. A planta conta com tecnologia de ponta, como pintura automática, trazendo maior eficiência em termos de qualidade, redução de ciclos de produção e de perdas no processo produtivo. Para o ano de 2023, espera-se que seja um ano ainda bastante desafiador e com bastante volatilidade dadas as incertezas macroeconômicas globais e nacionais. A Companhia continuará buscando todos os ganhos de eficiência possíveis na produção visando a melhora da rentabilidade, e a reversão de seus resultados, consolidando, desta forma, a recuperação da Companhia. A Administração da Companhia está em processo de revisão das projeções, considerando novos projetos. **Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o surto do Coronavírus COVID-19 como uma pandemia em escala global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos implementaram pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 efetivamente provocaram. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área de saúde. As suspensões da produção automotiva atingiram quase todo o setor no país, com 123 milhões de veículos parados em fábricas localizadas em 40 cidades de 10 estados. Durante a crise, a Administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. A Administração acionou de imediato o seu Comitê de Crise em 2020, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e dos clientes atendidos. Apesar da desmobilização do Comitê de Crise implementado no início da pandemia, o comitê poderá ser acionado de imediato, em caso de necessidade. A Companhia segue monitorando a situação, sempre pronta para intervir, em caso de agravamento da situação da pandemia. Apesar de desmobilização do comitê de crise implementado no início da pandemia, este poderá ser acionado de imediato, em caso de necessidade. As operações da Companhia findo em 31 de dezembro de 2022 não foram impactadas significativamente pela pandemia. **Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios da Companhia:** Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, um de seus países vizinhos a sudoeste, marcando uma escalada acentuada para um conflito que começou em 2014. Em contrapartida, os Países ocidentais e outros começaram a impor sanções limitadas à Rússia quando reconheceu a independência da região de Donbas. Com o início dos ataques em 24 de fevereiro, muitos países adicionais começaram a aplicar sanções com o objetivo de paralisar a economia russa. As sanções foram amplas, visando indivíduos, bancos, empresas, trocas monetárias, transferências bancárias, exportações e importações. Como resultado a economia global passou a ser afetada pelo conflito, principalmente nos setores de grãos e gás natural. Até o presente momento o impacto do conflito é mínimo, tendo em vista que seus principais clientes e fornecedores atuam no mercado nacional. Apesar de toda a repercussão mundial e impactos negativos gerais em vários negócios, até o presente momento a guerra não tenha trazido consequências significativas para o setor automotivo brasileiro, a Administração continua acompanhando sistematicamente os possíveis impactos e monitorando os potenciais efeitos nas cadeias de suprimento, estando preparada para a adoção de medidas caso haja necessidade. **Reestruturação societária e financeira:** Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2018, foi aprovado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, o plano final de reestruturação da Companhia que, em linhas gerais, consistiu em a Companhia publicar diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área de saúde. As suspensões da produção automotiva atingiram quase todo o setor no país, com 123 milhões de veículos parados em fábricas localizadas em 40 cidades de 10 estados. Durante a crise, a Administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. A Administração acionou de imediato o seu Comitê de Crise em 2020, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e dos clientes atendidos. Apesar da desmobilização do Comitê de Crise implementado no início da pandemia, o comitê poderá ser acionado de imediato, em caso de necessidade. A Companhia segue monitorando a situação, sempre pronta para intervir, em caso de agravamento da situação da pandemia. Apesar de desmobilização do comitê de crise implementado no início da pandemia, este poderá ser acionado de imediato, em caso de necessidade. As operações da Companhia findo em 31 de dezembro de 2022 não foram impactadas significativamente pela pandemia. **Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios da Companhia:** Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, um de seus países vizinhos a sudoeste, marcando uma escalada acentuada para um conflito que começou em 2014. Em contrapartida, os Países ocidentais e outros começaram a impor sanções limitadas à Rússia quando reconheceu a independência da região de Donbas. Com o início dos ataques em 24 de fevereiro, muitos países adicionais começaram a aplicar sanções com o objetivo de paralisar a economia russa. As sanções foram amplas, visando indivíduos, bancos, empresas, trocas monetárias, transferências bancárias, exportações e importações. Como resultado a economia global passou a ser afetada pelo conflito, principalmente nos setores de grãos e gás natural. Até o presente momento o impacto do conflito é mínimo, tendo em vista que seus principais clientes e fornecedores atuam no mercado nacional. Apesar de toda a repercussão mundial e impactos negativos gerais em vários negócios, até o presente momento a guerra não tenha trazido consequências significativas para o setor automotivo brasileiro, a Administração continua acompanhando sistematicamente os possíveis impactos e monitorando os potenciais efeitos nas cadeias de suprimento, estando preparada para a adoção de medidas caso haja necessidade.

janeiro de 2019. Com a venda da participação acionária, o referido Acordo de Acionistas deixa de produzir seus legais efeitos, sendo considerado encerrado de pleno direito. Segue abaixo nova Estrutura Societária:



2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais da Companhia, aqui denominada controladora, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábeis-Financeiros de Propósito Geral. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição ou tem diretos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, cujas políticas contábeis são as mesmas da Companhia, bem como o encerramento do seu exercício social. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver diretos a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. **Controle:** A Companhia exerce o controle sobre a investida, quando: (i) a Companhia possui a maioria dos direitos de voto; (ii) a investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (iii) a Companhia possui o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iv) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem o exercício sobre a investida. A avaliação inclui: (i) o acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; (ii) Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e (iii) Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, exceto quando a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Companhia, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação denega evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ativo) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido e reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Para os valores de investimentos negativos, a Companhia registra na rubrica "Provisão para perdas com investimento em controlada" no passivo não circulante. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Plaspar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. "Plaspar Ltda." a qual possui participação de 100% em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Transações com participações de não controladores:** A Companhia não possui participação de acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2022 e 2021. b) Diretoria: apenas se houver a maioria dos votos a investida (ou seja, direitos existentes

continuação

data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, concorrentes da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: • Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; • Menos as amortizações de principal; e • Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente. 2.5.2. **Reconhecimento:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas no momento da negociação, ou seja, no momento em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são avaliados pelo meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem. 2.5.3. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • O direito de receber fluxos de caixa do ativo expirar; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a Companhia não tem obrigação de pagar ou transferir o ativo. O passivo financeiro é baixado quando a obrigação de pagar ou transferir o ativo expirar, ou seja, quando o passivo financeiro, cancelado ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, adiantamento de clientes e partes relacionadas. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos e também não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 2.5.4. **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que determina exatamente o fluxo de caixa esperado de provisão de perdas. Os custos de transação, recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor líquido. 2.5.5. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo provisão de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que são determinadas com base em informações disponíveis no momento da avaliação de crédito, e não em um "estado de espera", é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações e os títulos vencidos há mais de 90 dias, e também com base na experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A política da Companhia tem em vista a avaliação de crédito esperada para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia de acordo com o contrato firmado com os clientes e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. 2.5.6. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem a caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. 2.5.7. **Contas a receber de clientes:** Contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor justo a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperado ("impairment"). 2.5.8. **Adiantamento de clientes:** O cliente (montadora) adianta parcialmente recursos para a Companhia, com o objetivo de custear o projeto de construção de ferramentas. Esses recursos são liberados de acordo com a conclusão de cada fase do projeto e está previsto no pedido de compra. Em geral esses adiantamentos não coincidem com os respectivos desembolsos para o desenvolvimento dos projetos pela Companhia e não representam o valor integral destes investimentos, o que causa um stress de caixa, principalmente em momento de crescimento acelerado como o atual. 2.5.9. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses, e como passivo não circulante, se o pagamento for devido após esse período. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Os termos e condições dos passivos financeiros refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias. 2.5.10. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores contábeis (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que necessariamente aumentará o valor contábil para seu uso ou para a geração de recursos ou provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 2.6. **Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentas contendo o custo de produção, não é afetado por mudanças de preço de compra de insumos diretos e às respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. O processo de provisão de estoques é dividido em dois tipos de provisão, sendo eles provisão para obsolescência de estoques e provisão para realização dos produtos acabados. **Provisão para obsolescência:** O critério para constituição desta provisão considera obsoletos itens sem movimento há mais de 180 (cento e oitenta) dias, para os produtos acabados e para os estoques em reparos e manutenção, são lançados em contrapartida dos associados, quando incorridos. Os terrenos são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	2022		2021	
	Valor contábil dos ativos	Valor líquido dos ativos	Valor contábil dos ativos	Valor líquido dos ativos
Edificações	25 a 50		25 a 50	
Móveis	1 a 25		1 a 25	
Moldes	11 a 15		11 a 15	
Móveis e utensílios	10 a 15		10 a 15	
Veículos	5 a 6		5 a 6	
Equipamentos de informática	5 a 6		5 a 6	

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e representam adequadamente a posição no final do exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil de um ativo é maior que seu valor recuperável estimado. O valor contábil e o valor recuperável são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. 2.8. **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor que pode ser recuperado pelo ativo em condições de venda. Os ativos são avaliados para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio (*Goodwill*), que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. A Companhia avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjuntos de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de *impairment* são preparados por um especialista para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a avaliação patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiá, Betim, Varginha e Caçapava e estão apresentados abaixo:

	2022	2021
	Valor contábil dos ativos	Valor líquido dos ativos
Jundiá	116.802	173.118
Betim	92.313	135.572
Varginha	48.579	81.108
Caçapava	72.791	75.179
Total	330.485	464.977

O valor recuperável é o valor justo líquido de despesas de alienação sendo a descrição da técnica utilizada abaixo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve adição de novos contratos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*. Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 2.9. **Arrendamentos:** A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o modelo de arrendamento de ativos para registrar os alugueis futuros detentados a valor presente como passivo de arrendamento. A norma IFRS 06 (R2)/IFRS 16, que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período de arrendamento, a despesa de depreciação e o custo do direito de uso. Os arrendatários também devem revelar o passivo de arrendamento no balanço de demonstrações de balanço (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros. A Companhia selecionou o seguinte método para determinar se um contrato é operacional ou financeiro: (i) O contrato de aplicação inclui nos ativos e passivos, sem a representação de períodos comparativos. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. ISO 1919 que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/CPC 03 (a) **Premissas para o reconhecimento:** A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia avalia se o exercício ou a não execução é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento. (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos materiais e de baixo valor não são considerados. (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (v) A metodologia utilizada na avaliação de valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa (v) as contraprestações assumidas, esperadas pela taxa de desconto correspondida para a classe do ativo. (vi) A taxa de desconto utilizada foi de 12,3% ao ano, considerando os índices de inflação e os índices industriais em 2022 e 6,5% em 2021. A taxa foi obtida por operações de financiamentos para ativos dessas classes. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo método de custo amortizado. O método de custo amortizado é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercera uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor contábil de um ativo de direito de uso e o valor dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados são arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. A Companhia e sua controlada não atuam como arrendadoras em 31 de dezembro de 2022 e 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve adição de novos contratos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*. Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 2.9. **Arrendamentos:** A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o modelo de arrendamento de ativos para registrar os alugueis futuros detentados a valor presente como passivo de arrendamento. A norma IFRS 06 (R2)/IFRS 16, que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período de arrendamento, a despesa de depreciação e o custo do direito de uso. Os arrendatários também devem revelar o passivo de arrendamento no balanço de demonstrações de balanço (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros. A Companhia selecionou o seguinte método para determinar se um contrato é operacional ou financeiro: (i) O contrato de aplicação inclui nos ativos e passivos, sem a representação de períodos comparativos. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. ISO 1919 que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/CPC 03 (a) **Premissas para o reconhecimento:** A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia avalia se o exercício ou a não execução é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento. (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos materiais e de baixo valor não são considerados. (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (v) A metodologia utilizada na avaliação de valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa (v) as contraprestações assumidas, esperadas pela taxa de desconto correspondida para a classe do ativo. (vi) A taxa de desconto utilizada foi de 12,3% ao ano, considerando os índices de inflação e os índices industriais em 2022 e 6,5% em 2021. A taxa foi obtida por operações de financiamentos para ativos dessas classes. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo método de custo amortizado. O método de custo amortizado é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercera uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor contábil de um ativo de direito de uso e o valor dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados são arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. A Companhia e sua controlada não atuam como arrendadoras em 31 de dezembro de 2022 e 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve adição de novos contratos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*. Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 2.9. **Arrendamentos:** A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o modelo de arrendamento de ativos para registrar os alugueis futuros detentados a valor presente como passivo de arrendamento. A norma IFRS 06 (R2)/IFRS 16, que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período de arrendamento, a despesa de depreciação e o custo do direito de uso. Os arrendatários também devem revelar o passivo de arrendamento no balanço de demonstrações de balanço (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros. A Companhia selecionou o seguinte método para determinar se um contrato é operacional ou financeiro: (i) O contrato de aplicação inclui nos ativos e passivos, sem a representação de períodos comparativos. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. ISO 1919 que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/CPC 03 (a) **Premissas para o reconhecimento:** A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia avalia se o exercício ou a não execução é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento. (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos materiais e de baixo valor não são considerados. (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (v) A metodologia utilizada na avaliação de valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa (v) as contraprestações assumidas, esperadas pela taxa de desconto correspondida para a classe do ativo. (vi) A taxa de desconto utilizada foi de 12,3% ao ano, considerando os índices de inflação e os índices industriais em 2022 e 6,5% em 2021. A taxa foi obtida por operações de financiamentos para ativos dessas classes. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo método de custo amortizado. O método de custo amortizado é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercera uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor contábil de um ativo de direito de uso e o valor dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados são arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. A Companhia e sua controlada não atuam como arrendadoras em 31 de dezembro de 2022 e 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve adição de novos contratos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*. Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 2.9. **Arrendamentos:** A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o modelo de arrendamento de ativos para registrar os alugueis futuros detentados a valor presente como passivo de arrendamento. A norma IFRS 06 (R2)/IFRS 16, que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período de arrendamento, a despesa de depreciação e o custo do direito de uso. Os arrendatários também devem revelar o passivo de arrendamento no balanço de demonstrações de balanço (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros. A Companhia selecionou o seguinte método para determinar se um contrato é operacional ou financeiro: (i) O contrato de aplicação inclui nos ativos e passivos, sem a representação de períodos comparativos. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. ISO 1919 que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/CPC 03 (a) **Premissas para o reconhecimento:** A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia avalia se o exercício ou a não execução é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento. (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos materiais e de baixo valor não são considerados. (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (v) A metodologia utilizada na avaliação de valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa (v) as contraprestações assumidas, esperadas pela taxa de desconto correspondida para a classe do ativo. (vi) A taxa de desconto utilizada foi de 12,3% ao ano, considerando os índices de inflação e os índices industriais em 2022 e 6,5% em 2021. A taxa foi obtida por operações de financiamentos para ativos dessas classes. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo método de custo amortizado. O método de custo amortizado é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercera uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor contábil de um ativo de direito de uso e o valor dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados são arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. A Companhia e sua controlada não atuam como arrendadoras em 31 de dezembro de 2022 e 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve adição de novos contratos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*. Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 2.9. **Arrendamentos:** A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o modelo de arrendamento de ativos para registrar os alugueis futuros detentados a valor presente como passivo de arrendamento. A norma IFRS 06 (R2)/IFRS 16, que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período de arrendamento, a despesa de depreciação e o custo do direito de uso. Os arrendatários também devem revelar o passivo de arrendamento no balanço de demonstrações de balanço (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros. A Companhia selecionou o seguinte método para determinar se um contrato é operacional ou financeiro: (i) O contrato de aplicação inclui nos ativos e passivos, sem a representação de períodos comparativos. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. ISO 1919 que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/CPC 03 (a) **Premissas para o reconhecimento:** A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia avalia se o exercício ou a não execução é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento. (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos materiais e de baixo valor não são considerados. (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (v) A metodologia utilizada na avaliação de valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa (v) as contraprestações assumidas, esperadas pela taxa de desconto correspondida para a classe do ativo. (vi) A taxa de desconto utilizada foi de 12,3% ao ano, considerando os índices de inflação e os índices industriais em 2022 e 6,5% em 2021. A taxa foi obtida por operações de financiamentos para ativos dessas classes. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo método de custo amortizado. O método de custo amortizado é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercera uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor contábil de um ativo de direito de uso e o valor dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados são arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. A Companhia e sua controlada não atuam como arrendadoras em 31 de dezembro de 2022 e 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve adição de novos contratos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*. Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 2.9. **Arrendamentos:** A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o modelo de arrendamento de ativos para registrar os alugueis futuros detentados a valor presente como passivo de arrendamento. A norma IFRS 06 (R2)/IFRS 16, que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período de arrendamento, a despesa de depreciação e o custo do direito de uso. Os arrendatários também devem revelar o passivo de arrendamento no balanço de demonstrações de balanço (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros. A Companhia selecionou o seguinte método para determinar se um contrato é operacional ou financeiro: (i) O contrato de aplicação inclui nos ativos e passivos, sem a representação de períodos comparativos. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. ISO 1919 que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/CPC 03 (a) **Premissas para o reconhecimento:** A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia avalia se o exercício ou a não execução é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento. (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos materiais e de baixo valor não são considerados. (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (v) A metodologia utilizada na avaliação de valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa (v) as contraprestações assumidas, esperadas pela taxa de desconto correspondida para a classe do ativo. (vi) A taxa de desconto utilizada foi de 12,3% ao ano, considerando os índices de inflação e os índices industriais em 2022 e 6,5% em 2021. A taxa foi obtida por operações de financiamentos para ativos dessas classes. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo método de custo amortizado. O método de custo amortizado é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercera uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor contábil de um ativo de direito de uso e o valor dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados são arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. A Companhia e sua controlada não atuam como arrendadoras em 31 de dezembro de 2022 e 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve adição de novos contratos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*. Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 2.9. **Arrendamentos:** A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o modelo de arrendamento de ativos para registrar os alugueis futuros detentados a valor presente como passivo de arrendamento. A norma IFRS 06 (R2)/IFRS 16, que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período de arrendamento, a despesa de depreciação e o custo do direito de uso. Os arrendatários também devem revelar o passivo de arrendamento no balanço de demonstrações de balanço (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros. A Companhia selecionou o seguinte método para determinar se um contrato é operacional ou financeiro: (i) O contrato de aplicação inclui nos ativos e passivos, sem a representação de períodos comparativos. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. ISO 1919 que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/CPC 03 (a) **Premissas para o reconhecimento:** A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia avalia se o exercício ou a não execução é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento. (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos materiais e de baixo valor não são considerados. (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (v) A metodologia utilizada na avaliação de valor presente líquido dos

continuação

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado	2022	2021
Passivo:			
Imobilizado - custo atribuído (1).....	(450)	(452)	
Depreciação - revisão da vida útil-econômica (2).....	(20.052)	(19.935)	
	(20.502)	(19.387)	

(1) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16). (2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil - econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas úteis-econômicas dos bens. Desde setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, consequentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos. A Companhia possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 60.780 e R\$ 71.782, respectivamente em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 59.374 e R\$ 70.376 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente), a controladora Plascar Ltda. possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 1.040.401 e R\$ 1.035.345, respectivamente em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 960.587 e R\$ 955.531 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente) sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos na sua totalidade, conforme determina a Instrução CVM 371, visto que a Companhia não possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

b) Movimentação do passivo fiscal diferido

	Consolidado	2022	2021
Saldos iniciais.....	(19.297)	(19.205)	
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente.....	-	-	-
Da depreciação e baixa desses ativos.....	2	7	
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação.....	(1.207)	(99)	
Saldos finais.....	(20.502)	(19.297)	

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social.....	(95.916)	(122.138)	
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%).....	32.611	41.527	
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:			
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1).....	(33.816)	(41.619)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(1.205)	(92)	
(1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros.			

11. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração aos Administradores: A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente. A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total de remunerações dos Administradores foi como segue:

	2022	2021
Remuneração fixa anual (1).....	(6.280)	(6.030)
Remuneração variável (2).....	(1.503)	(486)
Honorários da administração.....	(7.783)	(6.516)

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a segurança social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

b) Saldos e transações: A Companhia e sua controlada celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes. Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	Controladora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Passivo não circulante						
Contratos de mútuos:						
Yatsvut Corporation Ltd.....	-	-	4.166	5.254		
Kleioa Gestão de Ativos Ltda ME.....	-	-	3.163	2.878		
Plascar Ltda.....	34.209	22.148	-	-		
	34.209	22.148	7.329	8.132		

c) Movimentação

	Controladora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Em 31 de dezembro de 2021.....	22.148	-	-	8.132		
(+) Aumento de principal.....	12.061	-	-	-		
(-) Provisão de juros e IOF.....	-	-	284	-		
(-) Variação cambial.....	-	-	(1.087)	-		
Em 31 de dezembro de 2022.....	34.209	-	-	7.329		

Os efeitos das transações no resultado correspondem à atualização monetária e variação cambial registradas no resultado financeiro. O contrato de mútuo entre a Companhia financeira e a Companhia Ltda (mutuária) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de a Companhia ser detentora direta de 100% do capital social da Plascar Ltda. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda., com vencimento indeterminado.

12. PROVISÃO PARA PERDA COM INVESTIMENTO EM CONTROLADA

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial.....	(296.679)	(176.192)
Participação nos prejuízos da controlada.....	(95.715)	(120.487)
Saldo final.....	(392.394)	(296.679)

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda. estão apresentadas a seguir:

	2022	2021
Capital social.....	838.565	838.565
Quotas totais.....	838.565.144	838.565.144
Quotas possuídas.....	838.565.144	838.565.144
Participação.....	100%	100%
Patrimônio líquido da controlada.....	(392.394)	(296.679)
Participação na Plascar S.A.....	(392.394)	(296.679)
Prejuízo líquido de acordo com taxas acordadas entre as partes.....	(85.715)	(120.487)
Resultado da equivalência patrimonial.....	(95.715)	(120.487)

13. IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado	2022	2021
Custo.....			
Edificações.....	26.813	(3.352)	23.461
Máquinas e equipamentos.....	930.841	(614.145)	316.696
Moldes.....	47.658	(46.989)	669
Móveis e utensílios.....	12.800	(12.452)	348
Veículos.....	3.830	(3.722)	108
Equipamentos de computação.....	4.866	(3.697)	1.169
Peças e materiais de reposição.....	5.720	-	5.720
Adiantamentos a fornecedores.....	45.253	-	45.253
Provisão para impairment de adiantamentos e máquinas e equipamentos (2).....	(62.939)	-	(62.939)
	1.014.842	(684.357)	330.485

(1) Taxa média ponderada de 6,24%. (2) Referem-se, à adiantamentos a fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação operacional e produtiva das unidades industriais da Companhia, realizados entre 2010 e 2011 para a empresa Sandretto e financiados junto ao BNDES através do programa FINAME/PSI no montante de R\$ 44.084. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2018 e 2019, R\$ 36.548 foram adiantados por instituições financeiras e R\$ 7.536 adiantados ao fornecedor com recursos próprios. A Companhia, após detida análise junto aos seus assessores jurídicos, decidiu registrar uma perda sobre o valor total em aberto, no montante total de R\$ 44.084 ainda no exercício 2018. A Companhia adotou todas as providências jurídicas possíveis e seguras buscando seus direitos pela via jurídica. No entanto, a Companhia considera pouco provável a possibilidade do recebimento destes ativos em curto prazo, não obstante a ação judicial continue em andamento. Em 2019 a Companhia registrou impairment de R\$ 17.955 referente a máquinas e equipamentos identificados como não operacionais no exercício.

b) Movimentação do custo

	Consolidado	2022	2021
Saldo inicial.....			
Adições.....			
Edificações.....	17.208	7.340	(47)
Máquinas e equipamentos.....	885.958	55.527	(2.469)
Moldes.....	47.838	2	(218)
Móveis e utensílios.....	12.626	123	(85)
Veículos.....	4.302	-	(472)
Equipamentos de computação.....	4.040	792	-
Peças e materiais de reposição.....	4.270	1.948	(498)
Adiantamentos a fornecedores.....	49.764	2.373	(6.885)
Provisão para impairment de adiantamentos e máquinas e equipamentos.....	(67.695)	-	(900)
	958.311	68.105	(11.574)

	Consolidado	2022	2021
Saldo inicial.....			
Adições.....			
Edificações.....	10.882	4.932	(21)
Máquinas e equipamentos.....	843.545	51.258	(7.400)
Moldes.....	47.333	528	(9)
Móveis e utensílios.....	12.611	20	(39)
Veículos.....	4.302	-	-
Equipamentos de computação.....	3.860	363	-
Peças e materiais de reposição.....	3.906	371	(7)
Adiantamentos a fornecedores.....	44.581	5.183	-
Provisão para impairment de adiantamentos e máquinas e equipamentos.....	(67.695)	-	(68.695)
	903.125	62.655	(7.469)

c) Movimentação da depreciação

	Consolidado	2022	2021
Saldo inicial.....			
Adições.....			
Edificações.....	(2.860)	(499)	-
Máquinas e equipamentos.....	(591.056)	(33.164)	4.378
Moldes.....	(47.057)	(145)	213
Móveis e utensílios.....	(12.037)	(426)	59
Veículos.....	(4.104)	(69)	451
Equipamentos de computação.....	(3.515)	(182)	-
Provisão para impairment de máquinas e equipamentos.....	5.656	-	-
	(654.973)	(34.485)	5.101

O montante de R\$ 32.692 (2021 - R\$ 34.245) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 1.445 (2021 - R\$ 340) em "Despesas administrativas" e R\$ 348 (2021 - R\$ 398) em "Despesas administrativas". A Administração efetuou a sua avaliação e concluiu que não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia e suas controladas, conforme detalhado na Nota 2.8.

14. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição e movimentação sumária do direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

	2022	2021
Saldo inicial.....	15.604	21.672
Adições (1).....	79.862	17.054
Reajustes.....	2.184	-
Amortização.....	(18.379)	(23.122)
Saldo final.....	79.271	15.604

Passivos de arrendamento

	2022	2021
Saldo inicial.....	55.534	45.552
Adições (1).....	79.862	17.054
Reajustes.....	2.184	-
Amortização.....	(36.808)	-
Juros.....	10.536	4.160
Pagamentos.....	(23.244)	(11.232)
Saldo final.....	88.064	55.534
Circulante.....	25.168	1.546
Não circulante.....	62.896	53.988
	88.064	55.534

(1) No 1º trimestre de 2022 foram renovados os contratos de aluguel dos imóveis localizados em Administração Varginha-MG e Betim-MG. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 79.054. A Companhia considerou como taxa incremental 12,25% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 4º trimestre de 2022 foi registrado o custo de aluguel de veículos. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 808. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de 15,75% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). (2) No 2º trimestre de 2022 foi assinado contrato de repactuação de sua dívida de aluguel em atraso referente período de janeiro de 2020 e dezembro de 2021, nas mesmas

condições do contrato de repactuação de janeiro de 2020. O valor repactado foi de R\$ 47.333, e foi registrado na rubrica "Outros passivos".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou despesa de R\$ 408 (R\$ 225 em 2021) de referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

b) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

	Consolidado	2022	2021
2023.....	25.168	1.546	
2024 em diante.....	62.896	53.988	
	88.064	55.534	

c) Informações adicionais - Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 2.2019: Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº 02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal). Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras. A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2023	2024	2025	em diante
Passivo de arrendamento				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado).....	(88.060)	(71.750)	(53.491)	(33.303)
Projeção nominal e taxa nominal.....	(98.573)	(82.209)	(62.557)	(39.642)
Direito de uso de ativos				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado).....	79.271	59.691	42.108	23.730
Projeção nominal e taxa nominal.....	86.414	66.176	45.938	25.912
Encargos financeiros				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado).....	8.859	6.908	4.725	2.947
Projeção nominal e taxa nominal.....	9.994	7.962	5.548	3.526
Despesa de amortização do direito de uso				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado).....	18.581	18.581	18.379	23.730
Projeção nominal e taxa nominal.....	20.238	20.238	20.025	25.913

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Resumo dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado	Em 31/12/2022	2021
Modalidade/finalidade.....			
Capital de giro - moeda nacional.....	De 9,52% a 21,0% a.a.	216.675	138.993
		216.675	138.993
Circulante.....		91.711	51.531
Não circulante.....		124.964	87.462
		216.675	138.993

Parte da composição do saldo dos empréstimos, R\$ 19.082 deve-se a dívida junto ao BNDES relativa a períodos anteriores que foi renegociada pela Companhia na época. Durante o período de 1 ano a Companhia captou um montante de R\$ 156.871 em novos empréstimos. Os empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda., são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

b) Movimentação

	2022	2021
Em 1º de janeiro total de capital de giro.....	138.993	138.237
(+) Captações.....	156.871	19.699
(-) Pagamentos.....	(44.588)	(19.821)
(-) Pagamento de juros.....	(34.986)	(14.737)
(+) Provisão de juros.....	40.385	15.615
Em 31 de dezembro total de capital de giro.....	216.675	138.993

O cronograma de vencimento do saldo do não circulante é apresentado abaixo:

	Valor
2024.....	56.632
2025.....	27.822
2026.....	17.125
2027 em diante.....	23.739
	124.964

16. FORNECEDORES

	Consolidado	2022	2021
Fornecedores nacionais.....	84.379	71.532	
Fornecedores internacionais (Nota. 4.1).....	2.709	1.298	
	87.088	72.830	

Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem o saldo em aberto de contas a pagar em 31 de dezembro de 2022, com prazo médio de pagamento de 35 dias (mesmo prazo médio em 31 de dezembro de 2021). A Companhia não possui operações de risco sacado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

17. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	Consolidado	2022	2021
Encargos sociais.....	209.422	136.922	
Indenizações trabalhistas.....	61	419	
Provisão férias e 13º.....	23.352	19.150	
Provisão para participação nos resultados.....	13.392	12.789	
Outros.....	3.074	742	
	249.300	170.022	
C			

continuação				
Paulo Silvestri Presidente do Conselho de Administração		Rui Chammas Conselheiro		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Andrew Catunda de Araújo Conselheiro
				Antonio Farina Conselheiro
				Paulo Alberto Zimath Conselheiro
DIRETORIA-EXECUTIVA				
José Donizeti da Silva Diretor		Paulo Silvestri Diretor Presidente		Rodrigo Cartagena do Amaral Diretor Financeiro Diretor de Relações com Investidores
DIRETORIA (NÃO ESTATUTÁRIA)				
Daniel Paulo Fossa Diretor Comercial		Marcelo Casagrande Diretor de Operações Industriais		Ana Lúcia de Aguiar Zacariotto Diretora de Recursos Humanos
Claudio Batista Gerente de Contabilidade - Contador CRC 1SP170282/O-9				
CONSELHO FISCAL				
Marcelo Ferreira do Nascimento Conselheiro		Edson Luiz da Silva Conselheiro		Charles Dimetrius Popoff Conselheiro

O Conselho Fiscal da PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S/A, em reunião realizada no dia 9 de março de 2023, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou, relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração de Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, em processo de revisão final pela Ernst&Young Auditores Independentes S.S. Baseado nos exames efetuados, o Conselho Fiscal recomenda que o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis referidas acima sejam submetidas à aprovação dos Senhores Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente realizada.

Jun diaí, 9 de março de 2023.	
Charles Dimetrius Popoff	Edson Silva
Marcelo Ferreira do Nascimento	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretoria da **Plascar Participações Industriais S.A.** Jundiaí - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Plascar Participações Industriais S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e sua controlada:** Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia através de sua controlada tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e tem apresentado prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante R\$ 1.340.338 mil (individual e consolidado) e demanda suporte de recursos de terceiros para fazer face às suas operações, situações que acarretam em excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 366.433 mil no consolidado, além de situação de patrimônio líquido negativo de R\$ 408.567 em 31 de dezembro de 2022. Conforme apresentado na Nota 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a assunto. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Análise de recuperabilidade dos créditos tributários:** Conforme descrito na nota explicativa 9, a Companhia possui registrado R\$ 89.970 mil de créditos de exclusão de ICMS sobre as bases de cálculos do PIS e COFINS na rubrica de tributos a recuperar no Consolidado, correspondendo a 12% do ativo total consolidado. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável desses créditos com base em projeções das vendas baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas nas projeções de resultado de sua controlada, estimativa para a qual foram utilizadas premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições econômicas e de mercado, dentre outros indicadores. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância

dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desses créditos, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela Diretoria, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela Diretoria, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento e análises do valor recuperável do crédito de exclusão do ICMS. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo projeções dos resultados, dentre outros, conforme fornecidos pela Diretoria da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas. Adicionalmente, confrontamos o valor recuperável determinado pela Diretoria da Companhia com o valor contábil do crédito registrado, bem como avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável dos créditos de exclusão do ICMS das bases de cálculos do PIS e COFINS, concluímos que a avaliação da Diretoria está consistente com nossos procedimentos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa

opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 13 de março de 2023.



ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S. Ltda.
 CRC-SP - 2SP027623/F

Cristiane Cléria S. Hilario
 Sócia-Contadora
 CRC-1SP243766/O-8

Os Diretores qualificados declaram que:

- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.
- Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 Pub: 14/03/2023
 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link